



# Demonstrações Financeiras

## Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais CNPJ: 17.388.380/0001-86 Transparência e clareza na gestão

### RELATÓRIO DO CONSELHO EXECUTIVO - ANO REFERÊNCIA: 2014

Prezados(as) Associados(as),

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras conforme preceitua o artigo 133 cc 176 da Lei nº 6.404/1976, artigo 274 do decreto nº 3.000/1999, RIR/99, referente a 31 de Dezembro de 2014.

Tendo em vista o próprio objetivo das demonstrações financeiras, de esclarecer a situação patrimonial, econômica e suas respectivas mutações no exercício, apresentamos as Notas Explicativas.

ANFIP-MG é uma entidade sem fins lucrativos representante da classe de Auditores- Fiscais da Receita Federal do Brasil, com atuação, exclusivamente, no Estado de Minas Gerais.

Por oportuno, não poderíamos deixar de mencionar o empenho, dedicação e eficiência de todos aqueles que estiveram conosco no curso do ano. A todos vocês, associados, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, todos que integram esta entidade, desejamos manifestar o nosso agradecimento e firme propósito de juntos envidarmos maiores esforços em busca de novas e grandiosas conquistas.

Belo Horizonte - MG, 28 de Março de 2015

**Afonso Ligório de Faria**  
Presidente do Conselho Executivo da ANFIP/MG.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2014

ATIVO			
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>172.112,25</b>
Disponibilidades - Caixa/Bancos	2.128,56		
Aplicações Financeiras s/ Restrição	29.327,98		
Créditos a receber	65.268,41		
Adiantamento Representantes	4.419,15		
Empréstimos	3.257,11		
Despesas Pagas Antecipadas	2.285,88		
Despesa Exercício Seguinte	2.156,00		
Aplicações Financeiras c/ Restrição	63.269,16		
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			<b>274.330,11</b>
<b>Realizado a Longo Prazo</b>			
Aplicações Financeiras c/ Restrição	93.058,12		
<b>Permanente</b>			
Imobilizado	181.271,99		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>446.442,36</b>
PASSIVO			
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			<b>40.028,88</b>
Obrigações Trabalhistas	11.986,61		
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias	11.014,86		
Obrigações Tributárias	802,69		
Contas a Pagar	8.420,45		
Fornecedores	7.804,27		
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO</b>			<b>438.913,85</b>
Reservas Técnicas	185.655,26		
Superávit Acumulados	253.258,59		
Déficit do Exercício	32.500,37	<b>(32.500,37)</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			<b>446.442,36</b>

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO 2014

<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>		<b>822.044,16</b>	
Mens. - Associados Pensionistas	167.933,10		
Mens. - Associados Ativo-Inativos	614.576,71		
Ressarcimento de despesa	1.118,68		
Comissões Unimed	33.504,07		
Aluguel de Imóvel	4.911,60		
<b>INGRESSOS CONTR. ADICIONAIS</b>		<b>104.916,95</b>	
Pensionistas	4.977,32		
Ativos/inativos	99.939,63		
<b>INGRESSOS DE SUBVENÇÕES</b>		<b>124.071,79</b>	
ANFIP	100.690,36		
SINDIFISCO	23.381,43		
<b>INGRESSOS FINANCEIROS</b>		<b>11.233,39</b>	
Receita Financeira – Juros	14.083,93		
Despesas Financeiras - juros	(2.850,54)		
<b>TOTAL INGRESSOS FINANCEIROS</b>			<b>1.062.266,29</b>
<b>DISPÊNDIOS OPERACIONAIS</b>		<b>1.094.766,66</b>	
Presidência/Vice-Presidência	64.223,48		
Administração	454.130,33		
Finanças e Patrimônio	1.340,28		
Política de Classe	12.471,30		
Comunicação e Relações Públicas	104.562,22		
Aposentado e Pensionistas	29.333,21		
Esportes e Eventos Sociais	367.291,52		
Assuntos Jurídicos	3.495,16		
Funpapea	13.138,00		
Representantes	44.781,16		
<b>TOTAL DOS DISPÊNDIOS</b>			<b>1.094.766,66</b>
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>			<b>32.500,37</b>

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2014

HISTÓRICO E VALORES (R\$)	FUNDO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT ACUMULADO	SUPERÁVIT/ DÉFICIT	PATRIMÔNIO SOCIAL
Saldo em 31/12/2013	167.700,78	146.508,63	62.999,65	377.209,06
Transferências	17.954,48	45.045,17	(62.999,65)	-
Ajustes Ex. Anterior	-	61.704,79	-	61.704,79
Déficit Exercício	-	-	(32.500,37)	(32.500,37)
<b>Saldo Final</b>	<b>185.655,26</b>	<b>253.258,59</b>	<b>(32.500,37)</b>	<b>406.413,48</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

## 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais – ANFIP/MG é uma sociedade civil, com personalidade jurídica própria, com fins não econômicos, atuação, representação e jurisdição em todo o Estado de Minas Gerais, que congrega os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em todo o Estado, integrantes da carreira de Auditoria-Fiscal da Receita Federal do Brasil, a qual integra a estrutura do serviço público federal, com esta denominação ou por outra pela qual vierem a serem designados os respectivos cargos e/ou categoria funcional. Suas atividades compreendem basicamente:

I – conhecer o pensamento, as aspirações e as reivindicações da classe e dos associados;

II – promover a união, a harmonia e a solidariedade entre os associados;

III – representar e defender os associados coletiva ou individualmente, judicial ou extrajudicialmente, por todos os meios legais permitidos, nas questões relacionadas com suas atividades profissionais como Auditor-Fiscal e, quando autorizada por decisão da Assembléia Geral ou do Conselho Executivo, impetrar ações para defesa dos direitos constitucionais e legais vinculados à condição funcional, salarial, de direitos, vantagens e benefícios financeiros e previdenciários, bem como representá-los nos assuntos de interesse profissional, para o que desde já conta com a autorização dos associados;

IV – desenvolver atividades aprovadas pelo Conselho Executivo, destinadas a:

a) realizar estudos, debates e discussões quanto à técnica profissional da carreira em especial e quanto ao regime jurídico e aos benefícios dos associados como servidores públicos;

b) desenvolver eventos culturais, recreativos, sociais e esportivos em geral, inclusive proporcionando os meios para expansão cultural e técnico-profissional dos associados, diretamente ou através de convênios;

c) prestar aos associados assistência e intermediação na contratação e na manutenção de Seguros em grupo, ficando autorizada, a critério do Conselho Executivo, a realização de convênios da mesma natureza, observados os interesses dos associados;

V – promover entendimentos com órgãos especializados visando ao aprimoramento dos métodos e das normas de trabalho profissional da classe, objetivando a racionalização do trabalho fiscal em relação à sua qualidade, objetividade, execução, dificuldade e complexidade;

VI – divulgar, por intermédio de órgão próprio, a orientação, os esclarecimentos e as informações sobre assuntos de interesse funcional, fiscal-tributário, de seguridade social e outros de interesse da classe e da entidade;

VII – manter intercâmbio e, quando do interesse dos associados, ação conjunta com as demais entidades representativas dos servidores públicos, resguardadas, sempre, a sua soberania e os objetivos do presente Estatuto;

VIII – manter biblioteca especializada em legislação e assuntos relacionados ao trabalho dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

## 2 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

### a) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras representam o principal meio informativo da situação patrimonial e financeira da entidade. Logo deverão expressar de modo claro, efetivo e transparente os resultados auferidos junto aos associados, fornecedores, colaboradores, governantes, instituições financeiras, etc.; que tenham ou possam vir a ter interesse na avaliação da situação da entidade em determinado momento ou em seu progresso ao longo do tempo.

Considerando o objetivo de prestar informações ao usuário, faz-se necessário que além da aplicação dos princípios de contabilidade e a adoção das normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro e também a NBC TG 1000 – contabilidade para pe-

quenas e médias empresas, cuidados especiais sejam dedicados no que diz respeito à forma, ao conteúdo e ao nível de detalhe das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância à legislação societária na Lei nº 6.404/76 e em consonância as Normas Internacionais de contabilidade.

Adicionalmente a adequação às normas internacionais de contabilidade, a ANFIP/MG apresenta as notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientes evidenciadas, ou não constantes nas demonstrações contábeis. As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física, social, desempenho e outros eventos suficientes, evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

#### **b) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM RELAÇÃO ÀS NORMAS CONTÁBEIS**

As presentes demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, incluem as demonstrações contábeis da ANFIP/MG elaboradas em parte de acordo com a adoção da ITG 2002 – entidades sem fins de lucro e ITG 1000 – interpretação técnica geral.

#### **c) BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações contábeis da ANFIP foram elaboradas com base no custo histórico.

#### **d) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da entidade.

#### **e) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO**

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em

que as estimativas, são revisadas em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Depreciação – item e.2 ( Imobilizado) página 14.

Provisões – item 9 ( Provisões Trabalhistas) página 18.

### **3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

#### **a) Regime de Competências e Segregação de prazos**

A ANFIP/MG adota o regime de competência para o registro de suas transações. O Critério utilizado para o registro de Ativos e Passivos Circulantes reflete as operações cuja realização ou exigibilidade ocorram até o final do exercício social seguinte, sendo que as demais transações são consideradas de longo prazo e consequentemente registradas no Não Circulante.

#### **b) Caixa e Equivalente de Caixa**

Caixa e equivalente de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela ANFIP/MG na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **c) Créditos a Receber**

É representado pelo saldo a receber das mensalidades dos associados, adiantamento a representantes do interior de Minas Gerais, empréstimos a associados/empregados, despesas paga antecipadamente e aplicações financeiras sem restrição e com restrição, considerados de curto prazo.

#### **d) Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreende os valores cuja realização ocorrerá após o término do exercício seguinte. Repre-

sentas as aplicações financeiras de recursos com restrição.

### e) Ativo Imobilizado

Compreende os bens destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com esta finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens de acordo com suas características. Os itens do ativo imobilizado podem ser classificados como bens móveis ou imóveis.

#### e.1) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado da ANFIP/MG está registrado pelo custo de aquisição.

#### e.2) Depreciação

Os itens do ativo imobilizado foram depreciados pelo método linear, sendo a partir do mês subsequente ao que foram adquiridos e instalados.

Em 31/12/2014, a Depreciação Acumulada estava assim representada:

DESCRIÇÃO	DEPRECIACAO ACUMULADA INICIAL	DEPRECIACAO DO EXERCICIO	DEPRECIACAO ACUMULADA NO FINAL
Edifício	51.168,30	8.594,16	59.762,46
Equipamento de Informática	27.825,51	1.433,81	29.259,32
Máquinas e Equipamentos	18.472,83	2.907,99	21.380,82
Móveis e Utensílios	59.497,91	392,78	59.890,69
TOTAL	156.964,55	13.328,74	170.293,29

### f) Patrimônio Líquido

O patrimônio social compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Representa patrimônio social, resultados acumulados, fundos constituídos e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

### g) Apuração do Resultado

O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios.

## 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são mensurados pelo valor original na data do balanço patrimonial.

As aplicações financeiras são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, concentrando-se exclusivamente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. Os rendimentos financeiros foram contabilizados em contas de resultado.

## 5 – CRÉDITOS A RECEBER

Os direitos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do balanço patrimonial. O saldo a receber é originado de mensalidades dos associados Ativos, Aposentados e Pensionistas.

Em 31/12/2014, os créditos a receber estavam assim distribuídos:

CURTO PRAZO	31/12/2014	31/12/2013
Aplic. Financ. sem Restrição – Título de Capitalização	5.000,00	5.000,00
Aplicação Financeira com Restrição - FUNFAPEA	63.269,16	76.964,84
Crédito de Mensalidades do exercício	65.268,41	61.702,08
Adiantamento a Representantes do Interior	4.419,15	-
Empréstimos a Associados/Empregados	3.257,11	-
Despesas Pagas Antecipadamente	2.285,88	-
Despesa Exercício Seguinte	2.156,00	2.400,00

Conforme definido em regulamento, por deliberação do Conselho Executivo, em Reunião Ordinária realizada em 01/08/2004, foi criado o Fundo Financeiro ANFIP para patrocínio de eventos de interesse dos associados – FUNFAPEA, com vigência a partir de 01/08/2004. De acordo com o regulamento, os recursos financeiros do fundo serão constituídos pelo percentual de 2,95% incidente sobre a contribuição mensal estatutária, segregado por categoria de associados: os Ativos e os Aposentados e Pensionistas, cujos valores seriam mantidos em caderneta de poupança. O FUNFAPEA encontra-se assim definido:

FUNFAPEA – Ativos – Caderneta de poupança

no Banco do Brasil: R\$ 32.763,02

FUNFAPEA – Aposentados e Pensionistas – Caderneta de poupança na Caixa Econômica Federal: R\$ 30.506,14.

A ANFIP/MG ainda possui um título de capitalização Ourocap no valor de R\$ 5.000,00, mantido no Banco do Brasil.

## 6 – IMOBILIZADO

O imobilizado da ANFIP/MG está demonstrado pelo custo de aquisição e foram depreciados pelo método linear.

A posição patrimonial da ANFIP/MG, ao final de 2013 e 2014, é a seguinte:

### 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPREC. ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Edifício	214.853,92	59.762,46	155.091,46
Equip. Infor.	43.836,82	29.259,32	14.577,50
Maq. Equip.	30.680,60	21.380,82	9.299,78
Móv. Utens.	62.193,94	59.890,69	2.303,25
Totais	351.565,28	170.293,29	181.271,99

### 31 DE DEZEMBRO DE 2013

DESCRIÇÃO	VALOR BRUTO	DEPREC. ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Edifício	214.853,92	51.168,30	163.685,62
Equip. Infor.	33.991,85	27.825,51	6.166,34
Maq. Equip.	28.590,60	18.472,83	10.117,77
Móv. Utens.	61.795,94	59.497,94	2.298,03
Totais	339.232,31	156.964,55	182.267,76

Em reunião ocorrida no dia 19/03/2015, o Conselho Deliberativo autorizou que o encerramento do exercício de 2014 fosse efetuado sem a avaliação do Ativo Imobilizado em decorrência de não haver laudo de avaliação até 31/12/2014.

#### a) Movimento do Imobilizado

DESCRIÇÃO	31/12/2013	COMPRAS	31/12/2014	DEPRECIACÃO
Imobilizado	339.232,31	12.332,97	351.565,28	170.293,29
Bens Móveis	124.378,39	12.332,97	136.711,36	110.530,83
Equip. Inform.	33.991,85	9.844,97	43.836,82	29.259,32
Maq. Equip.	28.590,60	2.090,00	30.680,60	21.380,82
Mov. Utens.	61.795,94	398,00	62.193,94	59.890,69
Bens Móveis	214.853,92		214.853,92	59.762,46
Sede	150.397,74		150.397,74	41.833,72
Rua São Paulo	64.456,18		64.456,18	17.928,74

Para os bens imóveis foi usado o critério de rateio de 70% do valor contábil para a sede e 30% para o imóvel da Rua São Paulo.

Houve acréscimo ao saldo contábil bruto do grupo “Móveis e Utensílios” em função de aquisição de uma escada banquetada de alumínio e um suporte teclado/gaveteiro/meta reta. A movimentação no grupo “Máquinas e Equipamentos” foi decorrente de: uma caixa amplificadora, impressora de preencher cheque e uma tela tripé TIM 180sl. Já o saldo do grupo “Equipamentos de Informática” cresceu devido à aquisição de roteador, monitor LG, micro computador, HD USB ITB Samsung, Notebook, HD portátil e caixa de som.

## 7 – APLICAÇÃO FINANCEIRA A LONGO PRAZO

### a) Aplicação Financeira de Recursos com Restrição

Em 25/06/2014, por deliberação do Conselho Executivo, foram editadas as Resoluções CE nº 03/2014 CE/ANFIP-MG e CE nº 04/2014 CE/ANFIP-MG. Tais Resoluções criavam fundos oriundos do bônus financeiro concedido pela Aliança Administradora de planos de saúde e do repasse de recursos da ANFIP Nacional decorrente do Plano de Saúde UNIMED/Vitória, respectivamente. O valor dos fundos corresponderia a 40% dos valores recebidos pela ANFIP-MG a título de repasse e seriam destinados à assistência jurídica aos associados vinculados aos respectivos planos de saúde.

Em cumprimento ao disposto nas referidas resoluções, em 23 de dezembro/2014 foram criados os fundos BB Renda Fixa 500 que foi denomina-

do FUMED/BH, decorrente do repasse da Aliança Administração de Planos de Saúde/UNIMED-BH – Resolução CE nº 03/2014 – CE/ANFIP/MG de 25/06/2014 e BB DI REF LP 50 MIL, denominado FUNFIP, resultante do repasse da ANFIP Nacional, referente ao plano de saúde UNIMED-Vitória – Resolução CE nº 04/2014 – CE/ANFIPP-MG.

Os recursos iniciais para constituição dos referidos fundos foram provenientes da aplicação financeira da ANFIP-MG no Fundo BB CDB DI, mantido no Banco do Brasil.

Em 31/12/2014, os fundos ora criados mantinham os seguintes valores:

**BB Renda Fixa 500 – FUMED: R\$ 12.908,79**

**BB Ref DI LP 50 Mil – FUNFIP: R\$ 80.149,33.**

## 8 – FORNECEDORES NACIONAIS DE CURTO PRAZO

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido até o final do exercício seguinte. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivos não circulantes.

Em 31/12/2014, os fornecedores de curto prazo estavam assim representados:

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Stratum Segurança	120,32	-
Terra Net Works Brasil	63,60	-
Hexagon Consultores	713,14	-
Comércio de Alimentos CIAAD	912,00	-
Copiadora Brasilusa	55,81	-
Supritape Distribuidora	492,20	-
P&B Editora Gráfica	3.102,00	-
Top Cesta de Alimentos	543,60	-
Unimed BH	1.416,60	
Eslei Lima de Bessas Eireli	385,00	

## 9 – PROVISÕES TRABALHISTAS

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Férias	11.986,61	17.991,94
Encargos Sociais	4.507,73	6.207,21

O saldo referente às obrigações para com décimo terceiro salário e seus encargos patrimoniais foi baixado por ocasião do pagamento da segunda parcela ocorrida em 20/12/2014, com exceção da 2ª parcela sobre o décimo terceiro no valor de R\$ 372,34, referente ao FGTS. As Obrigações para férias foram calculadas na quantidade de avos adquiridos pelos empregados até o findo do exercício em 31/12/2014. Para os encargos de previdência foi levado em consideração o percentual de 26,5% sobre o saldo das férias e 8% a título de FGTS.

## 10 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E PREVIDENCIÁRIAS

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
INSS	5.544,19	6.591,72
FGTS	962,94	1.575,22
IRRF	289,87	68,86
PIS FOLHA DE PAGAMENTO	166,91	196,90
COFINS OUTRAS RECEITAS	271,15	-
ISSQN	74,76	33,90

A COFINS foi calculada sobre outros ingressos operacionais como: Aluguel de Imóvel e Auxílio Plano Saúde (UNIMED) no percentual de 7,6% - COFINS não cumulativo, a partir do ano de 2014. A incidência desta contribuição foi deliberada conforme ata de reunião do Conselho Executivo da ANFIP/MG, realizada em setembro/2014. A aprovação do cálculo deste tributo foi com embasamento na solução de consulta nº 96, de 21/10/2011 SRF – Solução de consulta nº 164 de 26/08/2012 SRF – Solução de consulta nº 253 de 21/09/2005 SRF – Solução de consulta nº 110 de 16/07/2002 SRF – Solução de consulta nº 196 de 30/08/2013 SRF.

O PIS sobre folha de pagamento é calculado

no percentual de 1%.

## 11 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Honorários Contábeis	966,54	905,13
Imobiliária Bom Destino	291,50	-
Centro Cap.T.C. Terra Verde	1.258,43	-
ANFIP/NACIONAL	-	635,98
Geral	-	7.560,79
Telemar	553,75	
Telefonia Brasil S/A	1.844,05	
Net	134,42	
EBCT	1.970,50	
Cidade Nova Serviços Postais	1.401,26	

## 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas brasileiras de contabilidade; adequadas às normas internacionais, os valores que compõem o respectivo grupo correspondem, em 31/12/2014, a:

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS	RESULTADOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO SOCIAL
Saldo em 31/12/2013	167.700,78	209.508,28	377.209,06
Ajuste Exercícios Anteriores	-	61.704,79	61.704,79
Resultado do Exercício	-	(32.500,37)	(32.500,37)
Transferências	17.954,48	17.954,48	-
Saldo em 31/12/2014	185.655,26	220.758,22	406.413,48

Em 31/12/2014 o Fundo Patrimonial ficou assim distribuído:

**Reserva para Contingência R\$ 29.327,98**  
**Fundos Constituídos R\$ 156.327,28**

As reservas de contingência se referem ao saldo de aplicação financeira BB DI Banco do Brasil no valor de R\$ 21.500,00, Título de Capitalização Ourocap Banco do Brasil de R\$ 5.000,00 e Caderneta de Poupança BB Pouplex de R\$ 2.827,98.

Os fundos constituídos se referem a FUN-FAPEA Ativos no valor de R\$ 32.763,02, FUN-FAPEA Aposentados e pensionistas de R\$ 30.506,14, subvenções da ANFIP Nacional referente a Unimed Vitória de R\$ 80.149,33 e dos recursos provenientes do Convênio ANFIP-MG/UNIMED-BH, sendo repassados pela Aliança Administradora de Planos de Saúde no valor de R\$ 12.908,79.

A Reserva do Interior deixa de existir em 2014, em decorrência dos valores destinados aos representantes já estarem previstas no orçamento de 2015 para utilização neste exercício.

O ajuste de exercícios anteriores se refere à mudança de critério contábil de apropriação dos ingressos (mensalidades dos associados) pelo regime de competência.

São considerados como ajuste de exercícios anteriores os decorrentes de mudança de critério contábil ou de retificação de erro imputável a exercício anterior, desde que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Desta forma, no balanço encerrado em 31/12/2014, foram evidenciados os valores que pertencem a exercício anterior cuja origem pelo regime de competência, perfaz o total de R\$ 61.702,08.

## 13 – PARTES RELACIONADAS

As operações entre a ANFIP/MG e ANFIP Nacional decorrem de deliberação conjunta desta entidade e do Conselho de Representantes que definiu o critério de divisão dos recursos recebidos da UNIMED-Vitória pela ANFIP Nacional, de cujo repasse originou a criação do FUNFIP, nos termos da Resolução nº 04/2014 – CE/ANFIP-MG de 25/06/2014.

## 14 – CRITÉRIOS DE APROPRIAÇÃO DOS DISPÊNDIOS

Nos termos do Orçamento aprovado pelo Conselho Executivo para o exercício de 2014, os dispêndios operacionais foram apropriados por setores dentro da ANFIP/MG como: Presidência/Vice Presidência, Administração, Finanças e Patrimônio, Política de Classe, Comunicação e Relações Públicas, Aposentados e Pensionistas, Esportes e Eventos Sociais, Assuntos Jurídicos, Funfapea e Representantes do Interior.

## 15 – RESULTADO APURADO

A ANFIP/MG encerrou o exercício com DÉFICIT, tendo apurado os seguintes resultados:

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2014	31/12/2013
Resultado do Exercício	(32.500,37)	62.999,65

O resultado deficitário foi decorrente do impacto causado pela adoção do regime de competência para a totalidade de créditos a receber e a apropriação dos dispêndios no exercício de 2014.

## 16 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31/12/2014, a ANFIP/MG manteve cobertura de seguro contra incêndio para os bens imóveis, em valores considerados pela administração como suficientes para cobrir eventos de perdas.

## 17 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Principais Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela ANFIP/MG, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e Equivalentes de Caixa (inclui: Banco e Aplicações Financeiras),
- Contas a Receber de Associados
- Contas a Pagar

### b) Risco de Liquidez

É o risco decorrente da possibilidade de ocorrência de dificuldades em cumprir com as respectivas obrigações. Como forma de mitigar tal risco e evitar o risco de imagem, a ANFIP-MG tem pautado seus dispêndios dentro dos estritos limites estabelecidos em orçamento anual, sem deixar de constituir fundo e reserva para finalidades específicas, cujos valores são alocados em aplicações financeiras de liquidez imediata, capazes de suprir eventuais insuficiências orçamentárias em momentos em que os dispêndios superarem os respectivos ingressos.

## 20 – APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade

com seu estatuto social, demonstrado pelos dispêndios e investimentos patrimoniais.

## 21 – DEMONSTRAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento ao que determina as exigências legais, declaramos e assinamos o presente termo de responsabilidade relativo à fidelidade e à realidade dos saldos/valores apurados. Os lançamentos contábeis que deram origem às Demonstrações Contábeis e informações aqui apresentadas foram elaborados com amparo em documentações competentes repassadas ao Escritório de Contabilidade. De acordo com as demonstrações contábeis e notas explicativas e tendo em vista as justificativas apresentadas e de posse de todos os elementos possíveis para avaliar a movimentação patrimonial realizada no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014, o Conselho Executivo da ANFIP/MG entende que o Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultado do Exercício e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido espelham com exatidão e transparência todas as transações realizadas no período.

### CONSELHO EXECUTIVO

Afonso Ligório de Faria  
**Presidente**

Sineida Ribeiro Sales  
**VP Executiva**

Ana Maria Morais da  
Silva  
**VP Administração**

Décio Bruno Lopes  
**VP Finanças  
e Patrimônio**

Ilva Maria Franca Lauria  
**VP Política de Classe e  
Cultura Profissionista**

Carlos Roberto Bispo  
**VP Comunicação e  
Relações Públicas**

Maria Lisboa Macedo  
**VP Aposentados e  
Pensionistas e Serviços  
Assistenciais**

Bernadette Mourão  
Duarte  
**VP Esportes e Eventos  
Sociais**

Marcos Barbonaglia da Silva  
**VP Assuntos Jurídicos**

---

Raimundo Nonato Tinoco de Oliveira  
**Contador – CRC/MG 61.330/0**